REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA CULTURA

3420 20-12 '18

Exma. Senhora
Dra. Marina Gonçalves
Chefe de Gabinete do Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA Nº: ENT.: PROC. Nº:	DATA

ASSUNTO: Pergunta n.º 878/XIII/4.ª (PCP).

Na sequência da Pergunta n.º 878/XIII/4.ª, de 12 de dezembro de 2018, apresentada pela Senhora Deputada do Grupo Parlamentar do PCP, que versa sobre os direitos dos trabalhadores no sector audiovisual, prestam-se os seguintes esclarecimentos:

A Sra. Ministra da Cultura tem acompanhado a greve dos trabalhadores do Grupo Plural Entertainment, sendo de conhecimento público que estes colaboradores chegaram a acordo com a Administração daquela empresa no dia 14 de dezembro de 2018. O referido acordo prevê a redução gradual do horário máximo de trabalho, devolvendo quase 500 horas de trabalho aos trabalhadores, bem como aumentos salariais escalonados beneficiando os trabalhadores com salários mais baixos.

O Governo preocupa-se com a precariedade e desregulação dos horários de trabalho no sector audiovisual, sendo que essas situações encontram-se já proibidas pelo Código do Trabalho, cuja fiscalização compete à Autoridade para as Condições do Trabalho. Sublinhe-se que, ao contrário da RTP e da Lusa, que são empresas com capital maioritariamente público, e nas quais o Governo implementou o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, o Grupo Plural Entertainment é uma empresa privada, em cuja gestão o Governo Português não pode imiscuir-se, para além dos já referidos poderes fiscalizatórios que competem à ACT.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Gabinete

Sara Gil

Palácio Nacional da Ajuda – 1300-018 Lisboa | Tel.: +351 213 614 500 Fax: + 351 213 649872